SISTEMA FAEP

SENAR PARANÁ

FAEP FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

SINDICATO RURAL

BOLETIM informativo

Ano XXIV | nº 1062 | 10 a 16 de agosto de 2009

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

IMPRESSO

DEVOLUÇÃO GARANTIDA CORREIOS

Mala Direta Postal
9912152808/2006-DR/PR
SENAR
CORREIOS

ESTÁ NA HORA DE SÃO PEDRO AJUDAR

Não está sendo fácil: estiagem, geada e chuva

Pág. 2

OLHO NO MERCADO

Fuga do milho pode provocar "gangorra"

Pág. 5

Suinocultores querem reduzir em 20% o número de matrizes

Pág. 6

Sindicatos fazem a Declaração de Aptidão ao Pronaf

Pág. 10

METEOROLOGIA

Não está sendo fácil: estiagem, geada e chuva

João Desplanches: 5 mil caixas de poncã jogadas fora

Os produtores rurais do Paraná sofreram três duros golpes climáticos nos últimos meses. Primeiro foi a estiagem de final de ano (novembro e dezembro 2008) com uma segunda dose em março e abril deste ano. Em junho e julho o estado foi castigado pela geada e mais recentemente pelo excesso de chuva. Em julho, todas as regiões do Estado registraram volume de chuva acima da média histórica o que comprometeu ainda mais a produção e a qualidade de várias culturas como: milho, café, trigo e fruticultura.

A Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab) ainda não tem o levantamento dos prejuízos. Mas, já se pode ter uma idéia de que não será pouco. A estimativa de perda de receita – soja, milho e trigo; é de mais de R$ 4 milhões no valor bruto da produção e queda em torno de 22% nos preços médios recebidos pelo produtor.

A chuva constante tem causado uma série de transtornos criando um circulo vicioso de perdas de produtividade e de qualidade. O excesso de chuvas impediu a conclusão do plantio do trigo, a colheita do milho safrinha, o desenvolvimento das horitifruti e o café está apodrecendo no pé.

O engenheiro agrônomo do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (Seab), Otmar Hubner, explica que o tempo mais úmido favorece o aparecimento de doenças. O trigo, por exemplo, terá mais aplicações de fungicida encarecendo o custo final. "As lavouras se tornam mais suscetíveis a doenças. A umidade propicia a podridão e a incidência de fungos aumenta. A aplicação de fungicidas se torna mais difícil e se faz mais necessária, aumentando de duas a quatro vezes a necessidade de aplicação o que eleva os custos de produção".

Uma soma de fatores que resultam num produto abaixo do padrão de qualidade que não atingirá uma boa classificação na hora da comercialização. É o caso do milho que, em muitas regiões, começa a apodrecer. "Quando se encontra comprador é vendido como resíduo a R$ 8 a saca para ser utilizado como ração", define o presidente do Sindicato Rural de Maringá, José Antônio Borghi.

"As lavouras que não foram atingidas pela seca ou pela geada que ocorreram de forma mais localizada não escaparam da chuva que está atingindo a área total. É uma calamidade. São três eventos registrados num mesmo ciclo", analisa Borghi.

Estragos nos quatro cantos do Paraná

Em Floresta (15 km de Maringá), a projeção é de queda de 60% na colheita de milho. O engenheiro agrônomo Antonio Carlos Marcolli afirma que perdeu bastante em qualidade e peso. "Vai faltar 70 sacas por alqueire para pagar a despesa. Não sei o que vou fazer, talvez vender alguma coisa para cobrir a despesa".

Em Toledo, no Oeste paranaense, o produtor rural Laércio Galante colheu 50% dos 90 alqueires de milho e decidiu parar para ver se consegue enxugar um pouco o grão. A área em que se colhia em torno de 280 a 300 sacas por alqueire caiu para 150 chegando no máximo 180 sacas por alqueire. "Na região tem muita gente pedindo o seguro, mas eu já colhi uma parte e ai não compensa. Agora vou esperar pra ver se recupero alguma coisa", lamenta.

Perda de produtividade e de qualidade

Além da chuva que ocorreu em junho, o Norte do Estado registrou 270 milímetros em julho, quando o normal é entre 20 a 40 milímetros. O cafeicultor de Santo Antonio da Platina, Guilherme Lange Goulart teria, num período normal, registrado 60 dias de colheita, mas até agora não fechou 25 dias. "Não consigo entrar na lavoura. Isso que a minha colheita é semimecanizada. A terra fica encharcada. A situação é crítica", enfatiza.

Ele frisa que o café amadureceu mais rápido e mais da metade dos frutos está no chão. Com isso os grãos são pisoteados e enterrados na hora da colheita inviabilizando a varrição que é uma operação profilática importante. " Vai atrasar a colheita e prejudicar o produtor".

Não foram só as grandes culturas que sofreram com as chuvas. A qualidade das frutas e hortaliças cai com a falta de ensolação o que dificulta o desenvolvimento da planta, favorecendo o desenvolvimento de pragas.

Hortis também são afetados pelo excesso de chuva

A queda na produção de ameixa pode ser de até 60% porque a florada foi afetada porque não houve polinização. O presidente da Comissão de Hortifruticultura da FAEP, Marco Antonio de Oliveira, explica que na região de Arapoti, grande produtora de ameixa, a perda pode chegar a 100%.

O excesso de chuvas também afetou o ciclo das videiras, mas os efeitos só serão sentidos a partir de novembro. Em Marialva, capital da uva fina, os viticultores tiveram que fazer mais uma poda nas videiras para minimizar os danos. Além do aumento dos custos da produção, o volume de uvas deve reduzir significativamente resultando em elevação de preços. Nos quatro hectares, o produtor Carlos Sérgio Martelli terá uma redução de 50% na colheita de fim de ano que normalmente é de 80 mil quilos de uva fina de mesa (rubi e Itália). Acostumado aos golpes enfrentados por quem vive da agricultura, Martelli mostra que os produtores não se deixam nocautear pelas adversidades climáticas. "A esperança é a última que morre. Se não der nessa, dá na outra".

O cenário para a primavera

O El Niño está associado com chuvas acima da média e redução do risco de estiagens prolongadas durante o verão. As maiores safras de milho e soja do Sul do Brasil foram colhidas em anos de El Niño ;

Aumenta o risco da primavera ser mais chuvosa, principalmente entre outubro e novembro, e com isso pode acarretar problemas na fase final das lavouras de inverno;

Diminui o risco de frio tardio (geadas em setembro), o que favorece a lavoura de trigo, assim como também favorece a antecipação do plantio do milho e feijão (1a. safra);

A primavera de 2009 deve ser mais quente que a passada, o que beneficia a recuperação das pastagens, com reflexos diretos na produção de leite e carne;

O clima favorece a lavoura de soja, inclusive para as variedades de ciclo precoce que nos anos anteriores foram fortemente afetadas por estiagens;

A recuperação do déficit hídrico acumulado desde o verão, deve ocorrer de forma gradual no decorrer do segundo semestre de 2009;

Anos de El Niño representam o aumento do risco para a lavoura de arroz irrigado, que este ano enfrenta um cenário complicado. No momento ainda não há água armazenada nos reservatórios/barragens suficiente para garantir o plantio de toda a área. Depois poderá enfrentar períodos chuvosos em outubro e novembro e assim atrapalhar o plantio. No verão o problema está relacionado com a redução da luminosidade e maior incidência de doenças na lavoura. Por último, com a continuidade do El Niño ainda corre o risco de enfrentar excessos de chuvas e inundações no período de colheita (outono de 2010).

O disparo do Real

Não bastasse a seqüência estiagem-geadas-excesso de chuvas, São Pedro está ajudando aos produtores norte-americanos e para completar o dólar se desvaloriza. Neste ano, o real é a moeda que mais se valorizou no mundo, subindo 26,77% em relação ao dólar o que vai se refletir nos valores das exportações, que tem a soja como estrela, alcançando no primeiro semestre 19,2 milhões de toneladas, 5,5 milhões a mais que no mesmo período de 2008.Os analistas de mercado prevêem baixa nos preços da soja, porque as condições da safra americana são muito boas. O mês decisivo para os americanos, porém, é agosto, mas como não há perspectivas de problemas climáticos, o mercado deverá puxar os preços para baixo.

Este mês

Em agosto o padrão climático muda um pouco em relação ao observado em junho e julho. Para a primeira semana de agosto as chuvas devem se concentrar um pouco mais ao sul, com os maiores volumes de chuvas se concentrando desta vez entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Isso significa que em agosto as chuvas diminuem e deve dar uma trégua para o Paraná, Mato grosso do Sul e em São Paulo.

Incêndios

Outra preocupação que foi afastada com as chuvas foi o risco de incêndios no campo, especialmente em áreas de cobertas com espécies florestais. “Mas os produtores devem manter-se alertas para essa ameaça que se estende por todo o período de inverno, que é o período mais seco do ano”, alertou o diretor do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, Francisco Simioni.

Os produtores, principalmente das áreas de florestas cultivadas, devem estar atentos e adotar a prevenção para evitar o risco de incêndios. “Eles devem procurar a extensão rural pública ou privada, que certamente irá orientar sobre as técnicas disponíveis para evitar a ocorrência de incêndios”, afirmou.

OLHO NO MERCADO

Fuga do milho pode provocar "gangorra"

Pelo que já foi vendido de insumos para a soja, é inevitável uma diminuição da área plantada de milho no Paraná. As estimativas variam entre 15% e até 30% de redução, o que pode valorizar a commodity a médio prazo, principalmente no segundo semestre do ano que vem. "Os produtores não olham para frente. Estão analisando os preços de hoje, mercado físico, com a soja valorizada e muito oferta de milho. Há forte possibilidade de efeito 'gangorra' à vista", diz Leonardo Sologuri, analista da Céleres Consultoria.

A fuga dos riscos do milho se explica pelo desempenho nas últimas safras, quando muitos produtores tiveram prejuízos em função dos elevados custos de produção, seca e estresse hídrico. Elmir Groff, de Ponta Grossa, diz que vai manter alguma área de milho só por causa da necessidade de rotação de culturas. "Pela minha vontade, não plantaria nada, mas vou cultivar por questões agronômicas", afirma. Ele já havia reduzido o plantio de milho na safra anterior, e agora vai reduzir mais 10 a 15%. Na soma das duas últimas safras de verão, Elmir cortou 40% dos hectares destinados ao grão.

Essa desistência de produtores de alta tecnologia, como Elmir, pode acabar invertendo o quadro atual: "É certeza de que o milho vai ser extremamente competitivo em função desta grande redução de área. Já temos sinalizados preços muitos bons no segundo semestre de 2010", diz Márcio Araújo, gerente regional de negócios da Pioneer. Pelos levantamentos da empresa, a área de milho deverá encolher 30% no estado.

Estimativa de retração bem mais modesta tem a Monsanto. Segundo André Franco, diretor de Marketing da empresa, no início de junho uma pesquisa apontou avanço da área de milho no Paraná. Desde então, os produtores vêm mudando de idéia, mas Franco acredita que o percentual de redução não chegará a dois dígitos. "As vendas estão bastante atrasadas e acreditamos que a área de milho verão deva cair uns 5%, diz.

A falta de motivação dos produtores se baseia também nos estoques de passagem, que devem fechar o ano em 5,6 milhões de toneladas. Esse lastro poderá desestimular inclusive o plantio da safrinha de 2010, e aí é que mora o perigo. "Se o Brasil exportar no ano que vem, e mantendo-se a redução de plantio, poderemos ter desabastecimento no segundo semestre, trazendo sérios problemas para a indústria de suínos e frangos", avalia Márcio Araújo.

Margoreth Demarchi, agrônoma do Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Paraná, confirma redução de plantio do milho "acima de dois dígitos". "O que está comprometendo as perspectivas é a ausência de exportação, que poderia ser uma saída. Em 2007 tivemos uma correria atrás do milho brasileiro, exportamos 11 milhões de toneladas, por causa da quebra na Europa. Mas hoje a realidade é outra, o milho vai bem nos principais países produtores", avalia Margoreth. Se o ritmo das exportações não melhorar, o País poderá fechar o ano com até 9 milhões de toneladas de estoques de milho. "O produtor tem preferido a soja por que tem mais liquidez, soja é dinheiro na mão", acrescenta.

Apesar das projeções de expressivo encolhimento da área plantada, a próxima safra de milho deverá ser maior do que a de 2008/2009, que quebrou em função da estiagem. As coisas podem mudar se houver problema climático no Sul do País, observa Leonardo Sologuri, provocando "preços muito altos no segundo semestre de 2010". Quanto à soja, a probabilidade de preços menores é grande para o mesmo período, diz Sologuri, em função do câmbio e do quadro satisfatório de produção nos Estados Unidos e no Brasil.

SUINOCULTURA

Onde a porca torce o rabo

Pedro, Rosinei e o veterinário Jean Carlos

No dia 30 de julho, em Chapecó (Sc) os produtores independentes de suínos (não integrados à indústria) do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul decidiram que a solução para enfrentar os baixos preços ofertados seria reduzir em 20% o número de matrizes produzidas nesses Estados. A idéia discutida e aprovada foi reduzir os animais, alterando a velha regra de oferta e procura, provocando ao menos a cobertura dos custos de produção. Nas últimas semanas, o quilo do suíno ficou em torno de R$ 1,70 a R$ 1,90, enquanto o custo de produção está em cerca de R$ 2,30. Dificuldades na exportação, algo que eleva a oferta no mercado interno, e a valorização do real ajudam também a explicar a atitude dos produtores independentes.

Dois dias depois, a quase 500km de distância, em Vila Flórida, distrito de Toledo, no oeste paranaense, Pedro e Rosinei Ma-

Consumo da carne suína por pessoa	
Brasil	13 kg/pessoa
Brasil (região sul)	20 kg/pessoa
Europa	45 kg/pessoa

raschin escutaram a notícia no rádio. "Tomamos um susto". Junto aos três filhos, os Maraschim mantém uma granja considerada modelo na suinocultura onde se acomodam 1500 matrizes em regime de integração com a Sadia. Informatizada, com laboratório e banco de sêmen, dezesseis funcionários e há 13 anos na atividade, o casal tem a experiência "de empatar o dinheiro e não ter segurança do que vai acontecer". Bem informados, julgam que o que falta mesmo à suinocultura é "marqueting, propaganda, porque se o brasileiro comesse ao menos 1 kg de carne de porco a mais a crise se resolveria".

De fato, o aumento do consumo de carne de porco pela população, hoje de 13 a 14 quilos em média (20 a 22kg no sul do país) proporcionaria maior equilíbrio do mercado desprendendo-se dos "vais e vens" de esperançosas exportações a chineses, russos ou à África do Sul.

Bolsa e Mídia

Buscando melhor remuneração para os criadores de suínos a Associação Paulista de Criadores de Suínos (APCS) e a Associação dos Suinocultores do Estado de Minas Gerais (Asemg) definiram que irão realizar as suas Bolsas no mesmo dia (quinta-feira). O objetivo é agregar todos os Estados para que a os valores alcancem cifras mais satisfatórias aos produtores. Os Estados do Paraná e de Santa Catarina serão os próximos a aderir à realização da Bolsa no mesmo dia. "Unidos os produtores terão maior representatividade política e mercadológica, gerando melhorias para toda a cadeia" disse o presidente da Asemg João Bosco Martins para a revista Suinocultura Industrial

Embora seja de difícil aferição na redução do consumo, a interferência da Gripe A, maldosamente chamada de "suína" por praticamente toda a mídia, não pode ser ignorada. Afinal, já se ouviu em emissoras de rádio as explicações de compenetradas consumidoras temerosas da gripe afirmarem não consumir carne de porco "porque ela está ao lado da bovina". Ainda bem que a asnice não se pega por contágio.

Na verdade, não basta a exibição da costelinha de porco na vitrine do frigorífico do açougue ou da foto do leitão pururuca em propaganda de restaurante para melhorar a vida do produtor. "Os custos da divulgação maciça para o maior consumo de carne suína são muito altos, mas temos de encontrar formas de fazer nosso marqueting e sensibilizar os consumidores", diz João Batista Manfio - presidente da APS.

Pois é exatamente aí que a porca torce o rabo.

PEQUENA PROPRIEDADE

Quem se enquadra no Pronaf tem prazos e taxas melhores

Para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010, o governo aumentou os limites de créditos em várias linhas de financiamento e manteve taxas de juros e prazos atrativos. A renda bruta anual admissível para participar do Pronaf se mantém no valor básico de R$ 110.000,00, podendo, com rebate de até 90%, chegar a R$ 209.000,00, nos casos das atividades de avicultura e suinocultura integradas ou em parceria com a agroindústria.

Os sindicatos rurais estão autorizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a emitir Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para os agricultores enquadrados como de economia familiar.

No País, o Pronaf deve atender 4,1 milhões de famílias; no Paraná, cerca de 320.000. Nesse ano agrícola o programa terá à disposição R$ 15 bilhões, um aumento de 15% em relação aos recursos disponibilizados na safra passada. Os recursos atendem às linhas de custeio, investimento e comercialização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Rebates na renda bruta anual

a) 30% (trinta por cento), a renda bruta proveniente das seguintes atividades: gado de corte, milho, feijão, arroz, trigo e mandioca;

b) 50% (cinquenta por cento), a renda bruta proveniente das seguintes atividades intensivas em capital: ovinocaprinocultura, piscicultura, sericicultura, fruticultura e a renda bruta proveniente da produção de café e de cana-de-açúcar;

c) 70% (setenta por cento), a renda bruta proveniente das atividades de turismo rural, agroindústrias familiares, olericultura, floricultura, pecuária leiteira, avicultura não integrada e suinocultura não integrada;

d) 90% (noventa por cento), a renda bruta proveniente das atividades de avicultura e suinocultura integradas ou em parceria com a agroindústria.

DISCRIMINAÇÃO			SAFRA 2009/10
CUSTEIO AGRÍCOLA	limite juros		Até 40.000 1,5% aa até 5,5% aa
INVESTIMENTO	limite juros		Até 36.000 1% aa a 5% aa
PRONAF MULHER	investimento juros		Até 36.000 1% aa a 5% aa
PRONAF JOVEM	investimento juros		Até 7.000 1% aa
MICRO CRÉDITO Grupo B	limite juros		Até 2.000 0,5% aa
PRONAF FLORESTA	limite juros		Até 7.000 1% aa
PRONAF COTAS PARTES	Pessoa física Pessoa jurídica	limite juros limite juros	Até 10.000 4% aa Até 10 milhões 4% aa
PRONAF MAIS ALIMENTOS	limite juros		Até 100.000 2% aa
PRONAF AGROINDÚSTRIA	custeio juros		Até 5.000 4% aa
	investimento juros		Até 18.000 1% ou 2% aa (depende do valor)
PRONAF AGROEC. E ECO	limite juros		Até 7.000 1% aa

Famílias beneficiadas pelo Pronaf

As condições diferenciadas do Pronaf não são exclusivas para quem se enquadra como trabalhador rural. Podem beneficiar também um grande número de pequenos produtores ligados ao Sistema FAEP, ou seja, que tenham empregado (s) ou área maior do que dois módulos rurais.

Nas fotos, duas famílias de Toledo, beneficiárias do Pronaf.

Paulo Jacinto Feiten, a esposa Salete e o filho Gustavo, ganham a vida cultivando feijão, produzindo leite e maçã numa pequena propriedade da Linha São Paulo. A maçã vai toda para a merenda escolar através do programa Compra Direta, da prefeitura. O leite é retirado em sala de ordenha e acondicionado em resfriador próprio, adquiridos com recursos do Pronaf. Paulo se diz satisfeito com as condições do programa, por causa "dos juros baixos, prazos de pagamento alongados e ainda a garantia do Proagro".

Jovem e empreendedor, o casal Vilmar e Maria Moterle , também de Toledo, utiliza o Pronaf para melhorar a propriedade e a qualidade de vida proporcionada aos filhos, de 14, 10 e 7 anos. Cultivam grãos, principalmente para silagem, e mantém rebanho leiteiro. A propriedade de 35 hectares se destaca ainda pela criação de 840 cabeças de suínos no sistema de integração com a indústria. Tudo é feito com mão de obra familiar. Usaram os recursos do Pronaf para financiar o barracão onde está a sala de ordenha. A filha do meio é ginasta há quatro anos e sonha se tornar atleta olímpica.

PIONEIRISMO

No Paraná, sindicatos fazem a Declaração de Aptidão ao Pronaf

Os agricultores paranaenses que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) podem fazer a habilitação, pela internet, nos sindicatos rurais por meio da Declaração de Aptidão (DAP), documento que identifica oficialmente o agricultor familiar como beneficiário do Programa e de todas as suas vantagens (ver página 8). A Federação da Agricultura do Paraná (FAEP) desenvolveu de forma pioneira, durante treinamento em Curitiba, um programa de capacitação com integrantes de sindicatos rurais, CNA, e de federações nacionais da Agricultura (de Santa Catarina, Espírito Santo, Minas Gerais, Maranhão, e Goiás) para realizar o cadastramento de produtores rurais que podem ser enquadrados como familiares. Os sindicatos e federações serão multiplicadores nacionais do programa.

O diretor-financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, abriu no dia 5 o Curso de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAPweb), que foi ministrado no primeiro dia por técnicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e nos dois dias seguintes o engenheiro agrônomo do DTE/FAEP, Nilson Hanke Camargo, fez o treinamento. A FAEP é a primeira e única entidade sindical a realizar o treinamento em todo país. No Paraná são 101 sindicatos rurais habilitados a fazer o DAPweb.

Segundo Biscaia, o Sistema FAEP está dando a maior importância para a capacitação dos sindicatos na Declaração de Aptidão (DAP) e é mais um serviço da entidade que vai beneficiar os produtores rurais. "A estrutura fundiária do Paraná é formada, em boa parte, por pequenas propriedades. Esse é um trabalho de parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que vai facilitar a vida do produtor, pois os sindicatos estarão habilitados a emitir a DAP com eficiência", afirmou Biscaia.

Para a secretária-executiva do Sindicato Rural de Toledo, Alice Persch, o sistema on line vai facilitar muito o trabalho, ficou mais dinâmico porque os dados serão inseridos no site do Ministério, e também por fazer o rebate de cálculo de renda para enquadramento. "Estamos atendendo uma média de 15 produtores por dia, que nos procuram para fazer a declaração", disse.

De acordo com avaliação de técnicos do Ministério que participaram da abertura do curso, o sistema de emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) vai agilizar o processo de inscrição do agricultor familiar que deseja participar do Programa. O DAPweb é desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com esta ferramenta o preenchimento da Declaração passa a ser feito diretamente no site do Ministério, por meio dos sindicatos rurais habilitados. Em seguida, o documento é emitido de forma eletrônica e fica disponível para ser acessada pelos bancos.

Esse procedimento levava um certo tempo para ser concluído, uma vez que o técnico responsável pelo preenchimento da DAP reunia a documentação do agricultor familiar e emitia a Declaração através do sistema próprio da entidade a que pertencia. Feito isso, era preciso aguardar que a DAP fosse validada e homologada pelo Sistema do MDA.

"Quando o banco libera o financiamento do Pronaf atendemos mais de 300 produtores", disse Miriam Krause, secretária-executiva do Sindicato Rural de Marechal Cândido Rondon. "O sistema online é bem mais ágil e é mais fácil quando preciso consultar um extrato do agricultor, por exemplo". Hugo Ruthers, secretário-executivo do Sindicato de Campo Largo, disse que o sindicato está divulgando este sistema para mais de 400 produtores.

O técnico do sindicato que auxilia no processo de preenchimento da Declaração só precisa acessar o site do Ministério e preencher ali mesmo a DAPweb. O próprio sistema direciona o preenchimento do documento, que é validado na mesma hora, de forma eletrônica, através do Sistema do Ministério, ficando imediatamente disponível para ser acessada pelos bancos.

Além da rapidez, outra vantagem da DAPweb é a segurança do processo. O técnico responsável pelo preenchimento e emissão via internet será credenciado através da entidade à qual está vinculada, como empresas governamentais de Assistência Técnica e Extensão Rural e sindicatos rurais.

MUNICÍPIOS EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA:

Não perca o prazo para renegociar: 15 de agosto

Os produtores de 16 municípios paranaenses em situação de emergência reconhecida pelo governo federal têm até o dia 15 de agosto para procurar os agentes financeiros e formalizar a renegociação das dívidas de custeio e investimento. O prazo foi dado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) na resolução 3.766, de 29 de julho de 2009.

A possibilidade de renegociação, até agora, beneficia apenas estes municípios. A FAEP, no entanto, tem insistido com o governo para a necessidade de atender produtores de todos os 150 municípios paranaenses atingidos pela seca, pela geada e, recentemente, pelo excesso de chuvas.

O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, enviou ofício com reivindicações ao presidente da República, ao presidente da Comissão de Agricultura no Congresso Nacional e aos ministros da Agricultura, Fazenda e Planejamento.

Para operações de custeio, independentemente do decreto de emergência e ano da dívida, os produtores com contratos em dia e que sofreram com problemas climáticos, podem solicitar prorrogação das parcelas com base no Manual do Crédito Rural. Existem modelo de cartas no site da FAEP (www.faep.com.br) e nos sindicatos rurais.

A resolução do CMN apenas alterou de 15 de junho para 15 de julho o prazo final para homologação no governo estadual dos decretos municipais de situação de emergência. Para os municípios foi mantida a data anterior de 13 de maio como prazo final para decretarem a situação de emergência, conforme previsto nas resoluções Bacen 3.732 e 3.736.

O enquadramento deixa de fora oito municípios paranaenses que decretaram situação de emergência após 13 de maio. Um fato novo não foi levado em consideração pelo governo federal. A seca atingiu o Paraná em dois momentos, novembro/dezembro de 2008 e depois em março/ abril de 2009. Em junho e julho o estado foi castigado pela geada e mais recentemente pelo excesso hídrico. Na segunda quinzena de julho a chuva em excesso comprometeu ainda mais a produção e a qualidade do milho safrinha, que também deve perder valor de mercado.

Entre os mais de 150 municípios atingidos pela seca, geada e excesso de chuvas, somente 35 decretaram situação de emergência e 16 estão dentro da regra do governo federal para equacionar as dívidas dos produtores. Portanto, a regra de situação de emergência não resolve os problemas de endividamento.

Além desse quadro de adversidades climáticas, há também dificuldades das prefeituras decretarem situação de emergência, pois temem perder recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no ano seguinte.

O seguro rural e o Proagro também não resolveram o problema. Devem pagar sinistros na ordem de R$ 400 milhões, ou seja, menos de 10% dos prejuízos. A seca e geada no Paraná já registraram prejuízos superiores a R$ 4 bilhões aos produtores devido à frustração de 6,9 milhões de toneladas.

Acesso

Para socorrer os produtores atingidos pelas variações climáticas, mas que estão fora dos municípios em situação de emergência, é necessário ampliar as regras de acesso à renegociação.

A FAEP tem insistido com o governo para a necessidade de atender produtores de todos os 150 municípios paranaenses atingidos

Além disso, a FAEP chama atenção para a avicultura e a suinocultura, que estão sofrendo com a queda nos preços pagos ao produtor. A avicultura passou por um ajuste de estoque, diante da queda na demanda internacional. As indústrias aumentaram o intervalo entre os lotes alojados, os custos subiram e os produtores foram penalizados. Os produtores integrados estão recebendo aproximadamente R$ 0,36/frango. No entanto os custos de total de produção estão próximos de R$ 0,42/frango.

Na suinocultura, com a demanda mundial reduzida e a gripe AH1N1, a produção foi direcionada para o mercado interno. Conseqüência: queda de preços e produtores penalizados. Os custos de produção ficaram, em média, próximos de R$ 1,80/kg de carne, contra R$ 1,51 pago ao produtor, em média, no primeiro semestre (SEAB-PR). As duas cadeias produtivas estão estagnadas e sem esperança de bons rendimentos.

Assim, a FAEP solicita:

✓ Ampliar as regras de acesso à renegociação dos produtores de grãos que sofreram com perdas pela estiagem, seca e excesso hídrico;

✓ Possibilitar aos agentes financeiros que renegociem 40% da carteira de investimentos, possibilitando aos produtores em maior dificuldade que a parcela de 2009 seja prorrogada para um ano após o final do contrato;

✓ Incluir na renegociação de dívidas de investimento as operações de avicultores e suinocultores.

MEIO AMBIENTE

BNDES dispõe de R$ 300 milhões

O BNDES aprovou duas medidas para apoiar a preservação de florestas nativas e permitir a recuperação de áreas degradadas.

O Banco pretende apoiar e promover a regularização do passivo de reserva legal em propriedades rurais destinadas ao agronegócio e contribuir para a preservação e valorização das florestas nativas e dos ecossistemas remanescentes. O orçamento será de R$ 300 milhões, com prazo até 31 de dezembro de 2012.

A outra iniciativa é a Linha de Apoio ao Reflorestamento, Recuperação e Uso Sustentável das Florestas – BNDES Florestal, que tem como objetivo financiar o plantio de espécies florestais para fins energéticos, a recuperação florestal com espécies nativas e as atividades de manejo florestal sustentável.

O novo programa financiará a aquisição de imóvel rural com cobertura nativa excedente, ou a aquisição do direito de seu uso, ambos para fins de instituição de servidão florestal permanente, desde que o imóvel seja considerado, pelo órgão ambiental competente, como adequado para fins de compensação florestal em relação a propriedades rurais com passivo de reserva legal.

Também financiará a aquisição de imóvel rural localizado em Unidade de Conservação adequado para fins de desoneração, mediante posterior doação ao poder público.

Código florestal

Como prevê o Código Florestal, o excedente florestal que pode ser utilizado para fins de compensação florestal deve ser equivalente em importância ecológica e extensão, pertencer ao mesmo ecossistema e estar localizado na mesma microbacia da vegetação suprimida na propriedade com passivo ambiental.

O valor mínimo para apoio nas operações diretas será de R$ 10 milhões, com custo de TJLP, mais 1,8% ao ano, e taxa de risco de crédito. Nas operações indiretas não automáticas, o valor mínimo será de R$ 1 milhão e os custos serão acrescidos da taxa de intermediação financeira e da remuneração da instituição financeira credenciada. O prazo total de pagamento é de até 15 anos.

O Banco pretende apoiar e promover a regularização do passivo de reserva legal

A linha financiará o reflorestamento com espécies nativas, o plantio de espécies para fins energéticos e o manejo florestal em áreas próprias e de terceiros, excluindo extração, beneficiamento, transporte e comercialização de produtos florestais. O BNDES Florestal prevê financiamento a estudos, projetos e desenvolvimento, tecnologia, serviços de topografia, geoprocessamento, inventários, demarcação, assistência e auditoria técnica e certificação, além de obras, manutenção florestal e todo o processo de plantio.

O custo financeiro será de TJLP mais 0,9% ao ano e taxa de risco de crédito. O BNDES poderá apoiar até 100% dos projetos de manejo florestal e de reflorestamento com nativas, com prazo de até 15 anos. No caso dos plantios para fins energéticos a participação do Banco poderá variar entre 80-100%, dependendo da localização regional e da renda dos municípios, com prazo de até 11 anos. O valor mínimo da operação será de R$ 1 milhão.

COMEMORAÇÃO

Alvorada do Sul comemora o Dia do Agricultor

Em comemoração ao Dia do Agricultor o Sindicato Rural de Alvorada do Sul comemora fazendo a entrega de certificados de cursos do SENAR-PR. Ao todo foram entregues 329 certificados para trabalhadores rurais qualificados pelo SENAR-PR. O evento contou com mais de 250 pessoas. Eduardo Martins e Eduardo Daguano, diretores do Sindicato Rural, destacaram as ações realizadas em parcerias, na realização dos cursos do SENAR-PR.

O Arthur Bergamine, supervisor do SENAR-PR destacou o grande esforço da região no 1º semestre de 2009 para a realização de 23 cursos de qualificação rural com o SENAR.

No evento além das diversas homenagens aos agricultores, foi realizada uma palestra sobre prevenção da Gripe A (H1N1) e também a assinatura do projeto de Lei de criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, pela prefeitura do município.

"O Dia do Agricultor" em Nova Aurora

Há doze anos a cena se repete numa convocação do Sindicato Rural de Nova Aurora, presidido por Itacir Brun, no oeste paranaense. Diante de uma fartura proporcionada por pães, doces e salgados caseiros ou artesanais, dezenas de produtores rurais participam do tradicional café comemorativo ao "Dia do Agricultor", comemorado dia 28 de julho.

É sempre a oportunidade para rever amigos, trocar idéias sobre preços, financiamentos e outros problemas que invariavelmente afetam a agropecuária, mas também para saber e revelar as novidades pessoais e familiares, num ambiente agradável e festivo. A tradição do "café" de Nova Aurora tem servido de modelo a outros Sindicatos que já estão aproveitando a data para organizar eventos semelhantes.

No último dia 28, o presidente Itacir Brun lembrou da importância do trabalho de cada produtor da região de Nova Aurora, enquanto Nilson H. Camargo, representando a FAEP abordou o papel da agricultura na economia brasileira e o papel dos Sindicatos rurais na defesa dos produtores.

JURÍDICO
Djalma Sigwalt

Djalma Sigwalt é advogado - djalma.sigwalt@uol.com.br

Preços do campo e estoques reguladores e estratégicos

Desde o Estatuto da Terra (1964) a legislação federal busca dar guarida à produção campesina. A motivação legal daquela época se lastreava no conceito de segurança nacional. A produção de alimentos se mostrava fundamental internamente, até porque as trocas comerciais internacionais se encontravam distantes do atual estágio. Exportávamos café em grande quantidade. Mas, os demais produtos alimentares, feijão, arroz, carne, milho, trigo, apenas abasteciam o mercado interno, pois raramente surgiriam excedentes exportáveis. O trigo e o álcool/açúcar se amparavam em política federal específica (Ctrin, IAA) e ainda o próprio café (IBC), com o objetivo de garantir a produção, bem como cacau e outros. Ultrapassados muitos anos desde o Estatuto da Terra surge a Constituição de 1988, esta já em tempo de economia aberta. Em todo o mundo civilizado na quadra próxima de 1988 afastava-se o intervencionismo do Estado na economia para dar lugar ao liberalismo, característica do livre mercado. E, até hoje esse o marco doutrinário na economia e políticas mundiais, afastado apenas em circunstâncias episódicas e anormais como ocorre agora na momentânea crise mundial. A exceção aos longos anos liberais surge na intervenção econômica dos governos mundiais no viso de estimular a economia de seus países. Mas, unicamente no objetivo de sustentação dos mercados.

Aqui, a Carta de 1988 conforme a determinação do seu artigo 187 confirma o preceito de que a política agrícola amparada em legislação própria seja planejada e executada, mediante certos requisitos que alinha em diversos incisos. Um desses tópicos chama a atenção, pois que aponta a política de preços. Assim, estipula o inciso II, ao enfatizar que "os preços compatíveis com os custos de produção e garantia de comercialização". Nesse tópico a Carta define um ponto básico, ou seja, os preços dos produtos rurais deverão ser adequados, tendo em mira o equilíbrio deles com os custos de produção e a garantia da comercialização. Dois aspectos fundamentais para o setor produtivo rural, um deles a anunciada compatibilização dos preços com os custos da produção. O outro, a afirmação de que a comercialização se faça sob garantia estatal. Não há dúvida de que neste preceito a Constituição de torna intervencionista, embora com o viso benéfico de garantir a produção do campo. A rigor, segue a antiga orientação do Estatuto da Terra, desde os primórdios de 1964.

A legislação que seguiu na esteira da Carta, a Lei Agrícola (8.171/91, art.2º, III e 31, § 5º) conforme exigência da própria determinante constitucional (art.50, ADCT/CF), não discrepou desta, mantendo a política de preços rurais, seja no concernente à rentabilidade compatível com a de outros setores da economia, bem como margem mínima do ganho real do produtor rural, principio este último que deve guiar a formação e liberação dos estoques reguladores e estratégicos. É o que se depreende do capítulo IX da Lei Agrícola, que trata da produção, da comercialização, do abastecimento e da armazenagem.

FAEP
FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná
Fone: 41 2169-7988 Fax: 41 3323-2124
email: faep@faep.com.br - site: www.faep.com.br

Presidente:
Ágide Meneguette

Vice-Presidentes
Moacir Micheletto
Guerino Guandalini
Nelson Teodoro de Oliveira
Francisco Carlos do Nascimento
Ivo Polo
Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários
Livaldo Gemin
Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros
João Luiz Rodrigues Biscaia
Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal
Sebastião Olimpio Santaroza
Luiz de Oliveira Netto
Lauro Lopes

Delegados Representantes
Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana

SENAR PARANÁ

SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná
Fone: 41 2106-0401 - Fax: 41 3323-1779
e-mail: senarpr@senarpr.org.br
site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo
Presidente
Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos
Ademir Mueller - FETAEP
Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC
Darci Piana - FECOMÉRCIO
Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal - Membros Efetivos
Sebastião Olímpio Santaroza
Luiz de Oliveira Netto
Jairo Correa de Almeida

Superintendência
Ronei Volpi

BOLETIM Informativo

Jornalista responsável:
Paulo R. Domingues (DRT-PR 1512)
Marcos Tosi (redator)
Cynthia Calderon (redatora)
imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR
Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

LEI AGRÁRIA

Novas regras na Lei Agrária

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado aprovou por unanimidade e em caráter terminativo, o substitutivo da senadora Kátia Abreu (DEM/TO) ao Projeto de Lei 202/2005, da senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO), que altera a Lei Agrária (8.629/93) por meio da fixação e do ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade. Uma das principais mudanças previstas nesta matéria, que agora segue para a Câmara dos Deputados, é o fim da exigência do produtor rural cumprir, simultaneamente, os índices de 80% do Grau de Utilização da Terra (GUT), e de 100% do Grau de Eficiência de Exploração (GEE).

Pela lei agrária hoje em vigor, o produtor deve atender ao GUT e ao GEE ao mesmo tempo para que sua propriedade não seja considerada improdutiva e passível de desapropriação para fins de reforma agrária. Desta forma, comparando duas propriedades rurais, se uma fazenda apresentar GUT inferior a 80%, mesmo com produtividade superior a outra, será considerada improdutiva por não cumprir um dos requisitos. "Se um produtor decidir pela redução da produção e da sua área plantada, por uma questão estratégica de mercado, ele corre o risco de ser desapropriado", disse a senadora. Ela lembrou que a agropecuária é o único setor da economia que tem índices de produtividade fixados por lei e defendeu que o Congresso Nacional tenha a prerrogativa de decidir a questão destes índices.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PARANÁ

RESUMO DO RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAl:TRT-PR-01788-2007-089-09-00-2

RECORRENTES: FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ FAEP, CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA e SINDICATO RURAL DE APUCARANA

RECORRIDO: A. S.

RELATOR: CLÁUDIA C. P. PINTO DE ALMEIDA

RESUMO DO RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAl:TRT-PR-01788-2007-089-09-00-2 provenientes da **MM. VARA DO TRABALHO DE APUCARANA**, sendo Recorrentes **FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ FAEP, CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA e SINDICATO RURAL DE APUCARANA** e Recorrido **A. S.**

Inconformadas com a r. sentença de fls. 44/50, proferida pelo Exmo. juiz Daniel José de Almeida Pereira, que acolheu parcialmente os pedidos formulados na inicial, recorrem as partes autoras. As partes autoras postulam a reforma do julgado quanto aos ítens: a) multa do art. 600 da CLT; e b) honorários advocatícios.

MULTA DO ART. 600 DA CLT

As Recorrentes buscam a reforma da decisão de primeiro grau que afastou a aplicação da multa na forma do art. 600 da CLT e determinou que fossem observados os critérios estabelecidos na Lei 8022/90.

Para tanto, alegam que a interpretação dada contraria o artigo 2º da Lei de Introdução do Código Civil; que a Lei 8.022/90 não tem o condão de transmudar a sua natureza de contribuição social para o imposto em sentido restrito; que cada espécie de tributo rege-se por normas autônomas; que a Lei 8022/90 aplica-se apenas quanto à transferência da obrigação de arrecadar, sem afetar todos os demais dispositivos da CLT atinentes à matéria; que os Tribunais do Trabalho já se posicionaram sobre a matéria, no sentido de ser devida a multa do art. 600 da CLT, entendendo que este não deixou de vigorar; que a Lei 8383/91 indica expressamente os dispositivos legais por ela revogados, dentre os quais não se incluem os artigos celetários.

Possuem razão as Recorrentes.

Com respeito ao posicionamento adotado pelo nobre magistrado de primeiro grau, entendo que a Lei n. 8.022/90 não revogou o artigo 600 da CLT, pois a primeira trata da atualização de débitos fiscais devidos à Receita Federal, o que não é o caso da contribuição sindical rural.

III. CONCLUSÃO

ACORDAM os Desembargadores da 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, E**M CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DAS PARTES**. No mérito, sem divergência de votos, **EM DAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DOS AUTORES** para, nos termos da fundamentação: a) ampliar a condenação e estabelecer que a multa seja calculada nos termos do art. 600 da CLT, respeitada a limitação imposta pelo art. 412 do Código Civil; e b) alterar o percentual dos honorários advocatícios para 15%.

Custas acrescidas em R$ 22,00, sobre o novo valor arbitrado à condenação (R$ 3.500,00).

Intimem-se.

Curitiba, 4 de junho de 2009.

CLÁUDIA C. P. PINTO DE ALMEIDA

JUÍZA RELATORA

Deu na imprensa

Frota paranaense

Entre 2000 e 2008 houve um crescimento de 86,4% nas vendas de automóveis no Brasil, mas no Paraná alcançou a 160,7%, o quarto maior do país. Nosso Estado tem hoje 8,31% da frota nacional, atrás de São Paulo (36,79%),Minas gerais (10,29%) e Rio de Janeiro (8,76%) E a relação habitante por carro do Paraná é de5,8, atrás do Distrito Federal, São Paulo e Santa Catarina. A menor relação é dos baianos 23,9 carros por habitantes (Folha de São Paulo)

Sem Importância

A entrada do café colombiano no Brasil não é motivo para incomodar os cafeicultores brasileiros. Esta é a opinião de João Lopes Araújo, presidente da Assocafé (Associação dos Produtores de Café da Bahia). "Não tem impacto nenhum nem importância nenhuma." (Das agências)

Maior e Melhor

No final de semana, membro do governo colombiano afirmou que em 2010 o país irá exportar grãos para o Brasil. Araújo disse que o que eles querem é exportar cafeterias para divulgar o café colombiano. "É mais o efeito psicológico de entrar no mercado do maior produtor mundial." E completa: "E deixa entrar, que vamos mostrar que o nosso café é tão bom ou melhor que o deles". (Das agências)

Safra Mundial

O Conselho Internacional de Grãos (IGC, na sigla em inglês) aumentou em 18 milhões de toneladas, totalizando 1,733 bilhão de toneladas, sua estimativa para a produção mundial de grãos na safra 2009/10. A revisão deve-se principalmente à expansão da área plantada com milho nos Estados Unidos. Mas, apesar do aumento na estimativa, a colheita mundial de grãos deve ser 57 milhões de toneladas menor do que a apurada na temporada anterior. (Das Agências)

Haja Lucro

O Bradesco terminou o segundo trimestre com lucro líquido de R$ 2,297 bilhões, um acréscimo de 14,7% no comparativo com os R$ 2,002 bilhões anotados entre abril e junho de 2008. (Valor Econômico)

Código Florestal

Desmatamento zero, pagamentos por serviços ambientais, recomposição de Áreas de Proteção Permanente (APPs) com base nas orientações da ciência e manutenção das áreas de produção consolidadas. Estas são as premissas defendidas pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) para nortear os debates sobre a atualização do Código Florestal, apresentadas nesta quarta-feira (05/08) pela presidente da entidade, senadora Kátia Abreu, em palestra realizada na reunião do Conselho de Representantes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que reúne 37 associações de juízes de todo o País.(Canal do Produtor-CNA)

Tamanho da Petrobrás

Segundo um estudo inédito da consultoria Economatica, a Petrobras é a quarta maior empresa em valor de mercado num ranking que reúne companhias dos EUA e da América Latina. À frente da estatal somente as americanas, ExxonMobil, Microsoft e Wal Mart. O valor da Petrobras em bolsa é de 173 bilhões de dólares - está, aliás, nos calcanhares do Wal Mart, que vale 194 bilhões de dólares. (Economatica)

Enquanto isso, no Senado

O Collorido

"São palavras que não aceito sobre mim e minhas relações políticas. São palavras que eu quero que o senhor as engula e as digira como achar conveniente."
(Senador Fernando Collor ao Senador Pedro Simon, no plenário do Senado)

O Gaúcho

- "É incrível! Me veio a imagem do pai dele, que atirou e matou o senador Kairala. Foi assustador, saia fogo dos olhos do senador Fernando Collor ali logo embaixo de mim. E eu não falei nada de mais dele, quando vi ele entrou correndo, completamente transtornado ! " – (Do Senador Pedro Simon sobre Color, no plenário do Senado)

O Maranhense

- "Eu desconhecia e acho que também todo o Senado, que tinha 170 Diretorias. Não foram criadas por mim"- (Senador José Sarney).

O Maranhense 1

- "Meu neto não participou da negociação de qualquer convênio do banco com o Senado" - (Senador José Sarney)

O Analista

- "(O clã Sarney) recorre rapidinho aos cofres públicos, até porque viveu deles a vida inteira, o que leva a naturais confusões entre público e privado".
(Clóvis Rossi, colunista da Folha de São Paulo).

Fale conosco

Se você tem eventuais dúvidas sobre questões previdenciárias ou técnicas poderá, além do site (www.faep.com.br), acessar o endereços eletrônico: previdencia@faep.com.br ou os emails pessoais (abaixo de cada resposta), telefonar (41 2169 7988) ou enviar correspondência: (R. Mal. Deodoro, 450 – 14º and CEP 80010-010 – A/C da Comunicação Social)

1- A base de cálculo do ITR/2009 é o Valor da Terra Nua. Como ele é apurado?

a) Apura-se o valor total do imóvel rural, que deve ter como base o valor de mercado em 01 de janeiro de 2009;

b) Deduz-se o valor de todas as benfeitorias, das lavouras permanentes e temporárias, das pastagens plantadas e melhoradas, das florestas plantadas e chega-se ao Valor da Terra Nua- VTN;

c) Do VTN, são deduzidas automaticamente, pelo programa de computador, o valor das áreas não tributáveis(preservação permanente, reserva legal, etc.) chegando ao VTNt (Valor da Terra Nua Tributável).

(Do agricultor José Yutaka Kimura – Assai – PR)

2- Que tabela de valores de terra devo seguir, para informar na declaração do ITR/2009 o Valor da Terra Nua?

R -*O Depto. de Economia Rural- DERAL, da Secretaria de Agricultura do Paraná, é o órgão oficial responsável pela pesquisa de valores de terra nua. Os valores de 2009, levantados pelo DERAL para todos os municípios deste estado, devem ser utilizados, quando for declarar o ITR, apenas como uma referência de preço e, portanto, não devem ser utilizados como valor absoluto, fechado, pois deve-se levar em consideração a localização da propriedade, sua topografia, sua utilização, seu tipo de solo, sua fertilidade, etc. A Secretaria da Receita Federal quando fiscaliza um imóvel rural, utiliza a tabela do DERAL para comparar com os valores declarados pelos produtores rurais, na declaração do ITR.*

(Do agricultor Adelino Cecatto São Jorge D'Oeste)

3- Quem deve apresentar declaração do ITR pertencente a espólio (pessoa falecida)?

R - *O imóvel rural que, na data da entrega da declaração do ITR, pertencer a espólio, deve ser declarado em nome da pessoa falecida pelo inventariante ou , se este ainda não estiver sido nomeado, pelo viúvo ou viúva meeiro, companheiro ou sucessor a qualquer título.*

(Do produtor Agenor Volpato, São Tomé-PR)

4 - Qual a documentação para averbação da Reserva Legal? (Obs. Retificação sobre informação do Boletim anterior)

a) Para ser entregue ao IAP

1 Formulário SISLEG devidamente preenchido - 2 vias;

2. Mapa de uso e ocupação do solo do imóvel em 3 (três) vias impressas e uma em formato digital, identificadas a Reserva Legal e as Áreas de Preservação Permanente;

3. Memorial descritivo do imóvel e da Reserva Legal em 3 vias;

4. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART/CREA do profissional habilitado - 3ª via original;

5. Matrícula atualizada do imóvel (90 dias);

6. Documentos pessoais (cópia da Cédula de Identidade e CPF) se pessoa física e documentos da empresa (atos constitutivos atualizados, CNPJ, procuração e documentos pessoais do responsável legal) no caso de pessoas jurídicas;

7. Comprovante do pagamento da Taxa Ambiental de Cadastro da Reserva Legal e, quando for o caso, da Taxa Ambiental de Inspeção Florestal;

8. Comprovante de regularidade junto ao INCRA.

b) Para ser entregue ao Cartório de Registro –

1. *3 vias do formulário do Sisleg, sendo uma delas com firma reconhecida*
2. *Termo de Ajuste de Conduta (TAC) – se houver*
3. *Matricula do Imóvel atualizada*
4. *Certidão da Receita Federal (negativa de débito rural)*
5. *Pagamento de taxa*

Carla Beck (carla.beck@faep.com.br)

4 - Afinal o que está ocorrendo com o mercado da carne. Vi no "Jornal Nacional" que as exportações baixaram, os preços caíram no mercado interno e o consumo aumentou?

(Produtor de Paranavaí)

R – *As exportações realmente baixaram, principalmente pela crise mundial que afetou a demanda nos países e consequentemente os exportadores. Uma análise mais detalhada dos número, porém, revelam a existência de uma bolha de consumo no mundo. O que está ocorrendo atualmente é uma establização, um ajuste no mercado e os números, por exemplo, estão quase ao nível de 2006/2007. A retomada da economia que já está sendo sentida vai provocar uma maior demanda e o Brasil como maior exportador de carne tem a grande chance de desfrutar dessa alavancagem. É preciso dizer que as negociações serão mais difíceis, o mercado se tornou mais competitivo e pulverizado e isso exigirá "habilidades" bem maiores para encher conteiners e navios de carne.*

(Fabrício Monteiro é veterinário do DTYE/FAEP – fabrício.monteiro@faep.com.br)

ERRATA PREVIDÊNCIA

No Boletim Informativo nº 1061, Previdência, João Candido de Oliveira Neto, página 20: "Concluindo, esclarecemos que a Lei...." onde se lê: 180 (cento e oitenta) meses. Leia-se: 180 (cento e oitenta) **dias**.

NA RAIZ

Araruna promove curso de cultivo de mandioca

Devido à região ser grande produtora de mandioca, o Sindicato Rural realizou o curso nos dias 15 e 16 de julho ministrado pelo instrutor do SENAR-PR, Anselmo Vinícius Okura Selhorst.

Este foi mais um curso realizado através do PEM (Planejamento Estratégico de Mobilização) que o Sindicato, em parceria com SENAR, Prefeitura Municipal, Emater, Sindicato dos Trabalhadores, Associações de Bairro, programou no primeiro semestre de 2009 para atender as necessidades das cadeias produtivas de grãos (soja e milho) e raízes e bovinocultura de corte e leite.

Um dos participantes, o produtor e acadêmico de Agronomia, Eder Ricci, enfatizou que o curso é uma maneira de aprimorar conhecimentos já existentes e que através de conteúdo do manual e a experiência do instrutor faz com que os participantes tenham um maior rendimento do curso e possam inovar ainda mais na produção.

TREINAMENTO

Sindicato de Ribeirão do Pinhal realiza três eventos simultâneos

O Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal realizou três evento simultâneos no dia 21: Mulher Atual, Operação e Manutenção de Tratores e Implementos Agrícolas e Recomposição da Vegetação Ciliar.

O 3º encontro de uma série de 10 eventos semanais do programa "Mulher Atual" teve a participação de 23 mulheres. A instrutora Antonia Silvane Damaceno Effgen tratou de temas diversos, que estão abrindo os horizontes para uma maior e efetiva participação das mulheres como empreendedoras rurais.

Operação e manutenção de tratores e implementos agrícolas, ministrado pelo engenheiro agrônomo Miguel Jorge Watfe Neto, teve jornada de 40 horas. É o terceiro curso neste ano colocado a disposição dos produtores e trabalhadores rurais.

3º Evento que teve o apoio e participação de técnicos da Emater, da Prefeitura Municipal e de Produtores Rurais tratou do tema Recomposição da Vegetação Ciliar e foi ministrado pelo engenheiro agronomo André Albanese, assunto que vem preocupando o produtor rural foi bastante discutido e concluindo com uma visita a uma área de recomposição ciliar no município.

POSSES

Corbélia

Selvino Danilo Manica tomou posse da presidência do Sindicato Rural de Corbélia no dia 31 de julho. Ademar José Formigheri assume a vice-presidência, Euclecio Luiz Elger e Valter Neuhaus assumem como secretários do sindicato para o triênio 2009/2012.

Capanema

Para o triênio 2009/2012 Elio Basso assume a presidência do Sindicato Rural de Capanema. A solenidade aconteceu no último sábado (01), tomaram posse também Edson Wilmsen como vice- presidente, Nimesio Alsidio Erthal e Nilo Carlos Saggin como secretários.

Morretes

No dia 31 de julho Sidney Antunes de Oliveira tomou posse da presidência do Sindicato Rural de Morretes para o triênio 2009/2012. Fausto Ariel Simão assumiu como vice-presidente e Aguinaldo Ramos Forbeci como secretario do sindicato.

Confira esta edição também na Internet acessando o site:
www.faep.com.br/boletim

VISITA

Empreendedores de Toledo na FAEP

Três dezenas de empreendedores do Sindicato Rural de Toledo atravessaram o Paraná e estiveram em visita ao Porto de Paranaguá, à New Holland e à sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba, no último dia 4. No Porto conheceram o sistema de exportação de grãos e demais atividades no cais, enquanto na N. Holland puderam acompanhar o ritmo de produção de equipamentos agrícolas da empresa.

O grupo chamado de "Agrolíder" formou-se a partir da presença de todos em cursos ministrados no Programa Empreendedor Rural, onde reconheceram a existência de afinidades em soluções e problemas mútuos.

Na FAEP, o gerente técnico do SENAR-PR, Élcio Chagas, fez uma explanação sobre as atividades desenvolvidas e o grupo Agrolíder contribuiu com informações referentes às suas motivações e atividades realizadas em seu município. Foram também recebidos pelo Presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette

MULHER ATUAL

Nova Cantu e Campina da Lagoa

Nova Cantu

Nos meses de maio, junho e julho o curso Mulher Atual esteve presente nos municípios Nova Cantu e Campina da Lagoa. A participante de Campina da Lagoa Edite Romero ressaltou que o curso despertou nas mulheres o espírito empreendedor, mostrando que são capazes de ganhar seu próprio dinheiro.

Segundo a instrutora do SENAR-PR Joseane Luiza Granemann o curso teve como objetivo ampliar conhecimentos para que as mulheres das regiões de Nova Cantu e Campina da Lagoa persistam no agronegócio.

Janiópolis - O município de Janiópolis teve a primeira turma do Programa Mulher Atual formada em todas as fases. A Instrutora do SENAR-PR Nelcy de Freitas Carneiro se disse orgulhosa e surpresa com a interação das participantes. "Logo depois dos primeiros encontros elas se mostravam mais confiantes e conscientes da seu papel na comunidade", disse Nelcy.

Campina da Lagoa

EM CURITIBA

Avenida do Café mostra o que há de melhor da produção paranaense

Foi no dia 6 a abertura da Avenida do Café, no Mercado Municipal de Curitiba, com torrefações de grãos de café ao vivo, exposição histórica de um dos mais importantes produtos do agronegócio brasileiro e paranaense, além do concurso brasileiro de baristas. A Avenida do Café foi montada pela Prefeitura na rua da Paz, ao lado do Mercado Municipal.

O diretor-financeiro da Federação da Agricultura do Paraná (FAEP), João Luiz Rodrigues Biscaia, visitou a exposição como representante da entidade.

Toda a cadeia do café foi apresentada na exposição, dos sistemas de produção antigos e modernos até a industrialização e comercialização do produto. O consumidor teve acesso a informações sobre os mais variados tipos de café, formas de preparo, marcas paranaenses, o processo da prova do café para avaliar a qualidade, exposição de máquina torrefadora e demonstração da torrefação de grãos.

Com peças do Museu do Café de Londrina, a exposição montada pela Integrada Cooperativa Agroindustrial mostrou fotos antigas e equipamentos que recriaram o cotidiano de uma família produtora de café, como as peneiras, moedores manuais, pilão, entre outros equipamentos artesanais. Na avenida, o público conheceu e provou a variedade de cafés produzidos no estado, viu pés de cafés que enfeitaram a rua.

"O café é um marco histórico no agronegócio brasileiro e paranaense, e atualmente continua sendo uma importante cadeia produtiva, principalmente para as pequenas propriedades", disse o secretário municipal do Abastecimento, Norberto Ortigara.

No dia 7, aconteceu o 9º Campeonato Brasileiro de Baristas 2009 - Etapa Paraná. Concorreram 16 profissionais de Curitiba e do Norte do Paraná. Dia 5 teve início o curso de barista e de arte latte (desenhos na espuma de leite), na cozinha do Mercado de Orgânicos.

Palestras técnicas e filmes antigos sobre as origens do café no Paraná completaram a agenda do evento. A Avenida do Café foi realizada pela Prefeitura Municipal de Curitiba, Sistema FAEP, Emater e Iapar com apoio da Associação dos Comerciantes Estabelecidos no Mercado Municipal de Curitiba, Astória/Sorvcream Máquinas de Café e Cafés Especiais, Associação dos Cafeicultores do Norte Pioneiro do Paraná, Cooperativa Agroindustrial Integrada, Sebrae, Senac e Lucca Cafés Especiais. *(Com informações da Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba).

Norberto Ortigara, secretário municipal do abastecimento; Herlon Almeida, diretor-geral da SEAB; Luiz Damaso Gusi - SMAB e João Luiz Rodrigues Biscaia, diretor-financeiro da Federação da Agricultura do Paraná (FAEP)

Endereço para devolução:
Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

☐ Mudou-se ☐ Falecido
☐ Desconhecido ☐ Ausente
☐ Recusado ☐ Não procurado
☐ Endereço insuficiente
☐ Não existe o nº indicado
☐ Informação dada pelo porteiro ou síndico

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL
Em ___/___/___
Em ___/___/___ Responsável